



## O ENSINO FORMAL E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO FRENTE AO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO

Adriana Marzola dos Santos<sup>1</sup>  
William Ezequiel Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

Grande parte dos indivíduos privados de liberdade não concluíram o ensino fundamental, consequentemente não tiveram melhores desempenhos no ensino médio e superior. Sendo assim, o tempo de cárcere pode ser melhor aproveitado quando dotado de oportunidades de estudo e profissionalização, contando não somente com a remição de pena, mas também com a oportunidade de desenvolvimento educacional/profissional. Para isso, torna-se importante imaginar maneiras de promover o ensino dentro do sistema prisional, garantindo o previsto em legislação, ou seja, acesso à educação para todos, incluindo o indivíduo em cárcere. E para que ações de implementação da educação/profissionalização sejam planejadas e postas em prática, a figura do pedagogo ganha destaque. Mas é sabido que os estabelecimentos prisionais não contam com as mesmas estruturas que o ensino regular convencional, sendo dotado de restrições inerentes ao ambiente. Realidade não diferente em Minas Gerais. E frente a essas limitações, conhecer as atribuições do pedagogo previstas na legislação mineira é fundamental para que esse profissional possa desenvolver com o máximo de êxito as ações voltadas ao ensino dentro do sistema prisional mineiro. **Objetivo:** Demonstrar de maneira didática e clara a importância do pedagogo frente as atividades de ensino e profissionalização dentro do sistema prisional mineiro.

**Metodologia:** O tipo de pesquisa adotada foi a revisão de literatura narrativa seguida de visita de campo. A seleção dos documentos oficiais e dos artigos selecionados foi realizada entre meses de dezembro de 2021 e março de 2022. Sendo, entre documentos oficiais e artigos publicados, selecionadas 22 obras.

**Palavras-chave:** Ensino da EJA no sistema prisional; Papel do pedagogo no sistema prisional; Ensino no sistema prisional.

### RESUMEN

La mayoría de las personas privadas de libertad no completaron la escuela primaria, por lo que no obtuvieron mejores resultados en la escuela secundaria y la educación superior. Por lo tanto, el tiempo en prisión puede ser mejor utilizado cuando se le dota de oportunidades de estudio y profesionalización, relatando no sólo la remisión de la pena, sino también la oportunidad de desarrollo educativo / profesional. Para ello, es importante imaginar formas de promover la educación dentro del sistema penitenciario, asegurando las disposiciones de la legislación, es decir, el acceso a la educación para todos, incluido el individuo en prisión. Y para que las acciones de implementación de la educación/professionalización sean planificadas y puestas en práctica, la figura del pedagogo gana protagonismo. Pero se sabe que las cárceles no tienen las mismas estructuras que la educación regular convencional, estando dotadas de restricciones inherentes al medio ambiente. Realidad no diferente en Minas Gerais. Y frente a estas limitaciones, conocer las atribuciones del pedagogo previstas en la legislación de Minas Gerais es esencial para que este profesional pueda desarrollar con el máximo éxito las acciones dirigidas a la enseñanza dentro del sistema penitenciario de Minas Gerais. **Objetivo:** Demostrar de manera didáctica y clara la importancia del pedagogo frente a las actividades de enseñanza y profesionalización dentro del sistema penitenciario de Minas Gerais. **Metodología:** El tipo de investigación adoptada

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal do Sul de Minas, Campos Inconfidentes-MG, Polo Ilícinha-MG. E-mail: [adriana.marzola@alunos.ifsuldeminas.edu.br](mailto:adriana.marzola@alunos.ifsuldeminas.edu.br).

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pelo Instituto Federal do Sul de Minas, Campos Inconfidentes-MG, Polo Ilícinha-MG. E-mail: [william.costa@alunos.ifsuldeminas.edu.br](mailto:william.costa@alunos.ifsuldeminas.edu.br).



fue la revisión de la literatura narrativa seguida de una visita de campo. La selección de documentos oficiales y artículos seleccionados se llevó a cabo entre diciembre de 2021 y marzo de 2022. Entre los documentos oficiales y artículos publicados, se seleccionaron 22 obras.

**Palabras clave:** Enseñanza de la EJA en el sistema penitenciario; Papel del pedagogo en el sistema penitenciario; Enseño en el sistema penitenciario.

## ABSTRACT

Most of the individuals deprived of their liberty did not complete elementary school, and consequently did not perform better in high school and higher education. Therefore, the time in prison can be better used when provided with opportunities for study and professionalization, counting not only on the remission of the sentence, but also with the opportunity for educational/professional development. For this, it becomes important to imagine ways to promote education within the prison system, guaranteeing what is provided for in legislation, that is, access to education for all, including the individual in prison. And for actions to implement education/professionalization to be planned and put into practice, the figure of the pedagogue stands out. But it is known that prisons do not have the same structures as conventional regular education, being endowed with restrictions inherent to the environment. Reality not different in Minas Gerais. And in the face of these limitations, knowing the attributions of the pedagogue provided for in the mining legislation is essential for this professional to be able to successfully develop actions aimed at teaching within the prison system of Minas Gerais. **Objective:** To demonstrate in a didactic and clear way the importance of the pedagogue in the face of teaching and professionalization activities within the prison system of Minas Gerais. **Methodology:** The type of research adopted was a narrative literature review followed by a field visit. The selection of official documents and selected articles was carried out between December 2021 and March 2022. Among official documents and published articles, 22 works were selected.

**Keywords:** Teaching Youth and Adults - EJA in the prison system; Role of the pedagogue in the prison system; Education in the prison system.

## INTRODUÇÃO

Frente aos desafios encontrados em todo sistema educacional brasileiro, há um seguimento que necessita de peculiaridades e legislação específica. O ensino em ambientes prisionais.

A Lei de Execução Pena (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), em seu Art. 17, prevê a assistência educação para indivíduos privados de liberdade, cabendo às instituições de cárcere, ou seja, os presídios e penitenciárias, ofertarem “a instrução escolar e a formação profissional”. Sendo de responsabilidade de cada Unidade da Federação o planejamento para atendimento dessa demanda, contando com o apoio administrativo e financeiro da União (BRASIL, 1984).

Uma das peculiaridades do ensino dentro dos estabelecimentos prisionais é o tempo para o desenvolvimento das atividades educacionais. Sendo que, modalidades de ensino que ofertem formação com tempo de aplicação de conteúdo



reduzido seriam mais bem aplicadas aos indivíduos privados de liberdade (GOUVÉIA; SILVA, 2015; JULIÃO, 2016).

Dentre as diferentes modalidades de ensino, a Educação de Jovens e Adultos – EJA é amplamente empregada no sistema prisional (CABRAL; ONOFRE; LAFFIN, 2020). Essa modalidade de ensino visa atender jovens e adultos que por diferentes motivos não tiveram a oportunidade de iniciar ou completar seus estudos em tempo normal. Situação essa em que se encontram os indivíduos privados de liberdade que pelo cárcere não podem frequentar o ensino regular externo (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020).

E para que essa modalidade ensino seja instalada e efetivamente executada nos estabelecimentos prisionais, foi instituído em 2011 o Decreto nº 7.626, onde prevê o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Documento em conformidade com a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, que *“dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais”*. Onde em seu Art. 8º, prevê que dentre as ações necessárias para a implementação da EJA no sistema prisional, entejam incluídas provimentos de materiais didáticos e escolares, espaços adequados e apoio pedagógico (CNE, 2010; BRASIL, 2011).

Direcionado para a última ação, o apoio pedagógico, cabe aos estados conduzirem e planejarem as ações voltadas ao ensino dos indivíduos privados de liberdade. E como medida concreta para regulamentar o apoio pedagógico dentro dos presídios e penitenciárias do Estado de Minas Gerais, foi elaborado em 2016 os Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP (MINAS GERAIS, 2016).

Esse regulamento tem como objetivo *“padronizar procedimentos da rotina diária das áreas de atendimento ao preso e segurança das Unidades Prisionais subordinadas à Subsecretaria de Administração Prisional”*. E como forma de atender a legislação aqui apresentada, direcionada a oferta não só do ensino regular através da EJA, mas também de atividades didáticos pedagógicos como projetos de leitura e atividades culturais, o documento destaca a criação do Núcleo de Ensino e Profissionalização – NEP (MINAS GERAIS, 2016).



O NEP é responsável pelo acesso dos reclusos às atividades educativas em geral, bem como aos cursos de formação e aperfeiçoamento, tendo como responsável profissional com formação em pedagogia, o pedagogo (MINAS GERAIS, 2016).

Dessa forma, percebe-se o qual é importante a figura do pedagogo no sistema prisional, nesta análise voltada ao sistema prisional mineiro. Sendo assim, cabe demonstrar as atribuições inerentes ao pedagogo frente ao sistema prisional mineiro.

## **CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO SISTEMA PRISIONAL**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, remonta no Brasil desde as décadas de 1930/1940. Tendo passado por diferentes iniciativas e diferentes políticas públicas que levaram por várias vezes a descontinuidade no atendimento da demanda da população adulta analfabeta ou analfabeta funcional (VENTURA, 2001; e, MIRANDA; SOUZA; PEREIRA, 2016). Porém, foi apenas em 1996, com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394/96 que a Educação de Jovens e Adultos passou a vigorar como modelo de ensino nas diretrizes da educação básica do país (BRASIL, 1996).

Sendo essa modalidade de ensino reforçada pela Resolução CEB/CNE nº 2 de 2010, que Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, e pelo Decreto nº 7.626 de 2011, que Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (BRASIL, 2010; e 2011)

Ao incluir a EJA como modalidade de ensino da LDB de 1996, o Brasil passa a atender o previsto no Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde prevê que todo ser humano tem direito a instrução e que a instrução básica é obrigatória (ONU, 1948). Consequentemente, atendente o previsto nas Lei de Execução Penal – LEP e em sua própria constituição, no Art. 205, onde cabe ao Estado e a família o dever de proporcionar educação de qualidade a todas as pessoas de todas as idades (BRASIL, 1988), facto que não se limita apenas às instituições de ensino regulares, mas também para as instalações prisionais de todo o país (CABRAL; ONOFRE; LAFFIN, 2020).





Como o conteúdo da EJA é aplicado em um tempo menor que o ensino regular, essa modalidade ensino pode ser encarada como uma forma de resgatar uma dívida que o sistema tem com a população em geral. Essa dívida se encontra dentro e fora do ambiente escolar. Dívidas sociais como a necessidade de os jovens trabalharem em idades mais jovens para sustentar a família e dívidas pedagógicas, pois também é possível perceber uma desistência dos alunos por falhas em um processo educacional muitas vezes discriminatório e incapaz de envolver o indivíduo (GOUVEIRA; BRAZ DA SILVA, 2015).

Sendo assim, a educação nas prisões tem como finalidade a humanização do ambiente de reclusão e a formação do preso, visando uma ressocialização mais plena ao final do cumprimento da pena. A EJA neste espaço de privação de liberdade, tendo por objetivo tanto a escolarização quanto a educação não formal, sendo um direito garantido por lei e que não pode ser negado por qualquer motivo, pois é uma ação judicial que reúne todas as condições necessárias para contribuir com a ascensão social do preso, garantindo-lhe melhores condições e chances em seu retorno a sociedade quando no fim do cumprimento de sua pena ou quando ocorrer progressão de sua pena do regime fechado para o regime semiaberto (SANTOS; PEREIRA, 2021).

Para Pereira (2011) *“a educação no cárcere contribuiria no processo de ressocialização da pessoa presa de maneira que quando ela sair do espaço prisional possa, aqui fora, ter chances mais dignas de (re)integração à sociedade”*. O que contribui diretamente no processo ressocialização do preso.

Nesse contexto, a educação de pessoas privadas de liberdade, na perspectiva da EJA, ocupa o caráter de modalidade de formação que apresenta diretrizes capazes de orientar o desenvolvimento das atividades escolares, sociais e culturais, tendo como um de seus objetivos a transformação social e política dos presos na perspectiva do exercício da cidadania e participação social quando em sua liberdade (SANTOS; PEREIRA, 2021).

Dessa forma, a construção de pertencimento deve sobrepor a condição de encarceramento do ponto de vista de formação individual, considerada a educação no sistema prisional um dos mais importantes mecanismos de promoção de conhecimentos, possibilitando a reinserção social dos presos ao deixarem o sistema prisional. Por isso, a educação nas prisões deve estar vinculada ao contexto de desenvolvimento social e cognitivo do preso, com possibilidades



emancipatórias de educação política, libertária, capaz de contribuir significativamente para a transformação social, promovendo o autoconhecimento como sujeito e desenvolvendo suas potencialidades (ONOFRE, 2015).

Para isso, observa-se no próximo capítulo as diferenças inerentes ao ensino de jovens e adultos no ensino convencional e da sua oferta dentro das instituições de privação de liberdade.

## **CARACTERÍSTICAS INERENTES AO AMBIENTE PRISIONAL QUE O DIFERE DAS INSTITUIÇÕES CONVENCIONAIS DE ENSINO**

Dentro do que foi apresentado até o momento, percebe-se que a EJA no sistema prisional abarca o mesmo objetivo formador que o modelo aplicado fora dos muros das prisões.

Além das fronteiras do cárcere, as aulas da EJA são frequentadas por pessoas de diferentes idades, origens, histórias, realidades e expectativas. Toda essa complexidade dificulta muito a compreensão das peculiaridades desse grupo heterogêneo, bem como as diferentes necessidades que apresentam e os motivos que os levaram voltar ao ambiente escolar e terminarem de forma mais rápida seus estudos (GOUVEIRA; BRAZ DA SILVA, 2015). Gouveia e Braz da Silva (2015, pág. 751), apontam como os principais motivos do retorno aos estudos:

Os motivos para o retorno depois de algum tempo fora do ambiente escolar estão relacionados ao fato de que, com o passar dos anos, os alunos começam a perceber as dificuldades presentes na realidade ao seu redor e a fazer planos para o futuro. Com isso, eles passam a adquirir a consciência da importância de concluir seus estudos para que tenham êxito em sua vida profissional e para que possam dar melhores condições de vida à sua família, buscando, então, recuperar o direito e a confiança na educação. É como se a educação formal oferecida pela escola fosse uma porta para uma nova realidade (GOUVEIA; BRAZ DA SILVA, 2015, pág. 751).

Esses alunos com defasagem de idade e série escolar acabam sendo matriculados na EJA. Que embora seja uma modalidade de ensino diferente do ensino regular, ainda é ofertada nas escolas públicas de todo país. Ou seja, a EJA utiliza da estrutura do ambiente regular, bem como o mesmo recurso humano disposto no ensino regular (PEREIRA, 2011).

Toda essa heterogeneidade identificada nos alunos matriculados na EJA em ambientes de ensino regular também é encontrada entre os alunos presos.



Porém, o ambiente prisional difere do ambiente das escolas públicas com oferta da EJA (PEREIRA, 2011).

Os alunos presos estão privados de seu direito de ir vir, e por esse motivo acabam sob responsabilidade do Estado. Sendo esse, ocupando o papel de guardião da vida dessas pessoas, tendo a obrigação da garantia, que vai desde a conservação da integridade física, passando pela moral até a psicológica, independentemente do crime que o preso cometeu (PEREIRA, 2011).

Diferente do aluno sem privação de liberdade, o aluno preso está ligado a duas secretarias diferentes, a de Segurança Pública e a de Educação. Sendo necessário, ao mesmo tempo seguir as regras de comportamento e convivência social da sala de aula e as regras previstas pelo sistema prisional. Sendo então supervisionados, do ponto vista do ensino, pelos profissionais ligados a escola, como professores e supervisor pedagógico, e pelos profissionais do sistema prisional, policiais penais e todos da equipe de atendimento que contempla a unidade prisional (PEREIRA, 2018), como gerente de produção, técnico jurídico, assistente social, enfermeiro, pedagogo, etc (MINAS GERAIS, 2016; NOVO, 2017).

Dessa forma, nota-se que, embora os ambientes escolares apresentem peculiaridades distintas, a base para o desenvolvimento do aluno segue os mesmos princípios de *“pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (BRASIL, 1988).

Porém, a EJA como modalidade de ensino empregada no sistema prisional, além de contribuir com o desenvolvimento do indivíduo, possui caráter complementar ao cumprimento da pena do preso em seu processo ressocialização (NOVO, 2017).

A ressocialização das pessoas presas baseia-se em três princípios fundamentais: o isolamento, o trabalho prisional e a modulação da pena, visto que:

- O isolamento se efetiva, primeiro, na relação do indivíduo transgressor com o mundo exterior. Em seguida, por meio da classificação dos detentos, um em relação aos demais, ordenados a partir da função de individualização da pena.

- O trabalho é definido como parte constitutiva da ação carcerária de transformação dos indivíduos a partir dos efeitos positivos desencadeados na mecânica humana, proporcionando ordem e regularidade.



- A autonomia penitenciária que permita a modulação da pena, pois a duração da pena não deve estar diretamente relacionada à infração, mas à transformação útil do indivíduo, durante a execução da pena. Cabendo a prisão controlar os efeitos da pena. Neste caso, controlar de forma individualizada os acessos dos presos a benefícios e direitos, como por exemplo, quando houver, a inclusão do preso no ensino EJA ou outras modalidades de educação (NOVO, 2015, p. 174, apud FOUCAULT, 1986, p. 203).

Nessa perspectiva, espera-se que o preso adapte sua conduta e comportamento às normas e padrões da unidade prisional, o que o levaria, após avaliação individual realizada pelos servidores de atendimento e segurança, a ter acesso às frentes de trabalho, projetos de leitura e ao ensino (NOVO, 2015; MINAS GERAIS, 2016).

As atividades nas quais o preso passa a ter acesso, além de proporcionar melhores chances de ressocialização e desenvolvimento pessoal, como no caso da EJA, gera benefícios de diminuição de sua pena. Como no caso da remição da pena pelo estudo, onde é assegurando a redução de 1 (um) dia em sua pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar comprovada (NEVES; SILVA, 2020).

Dessa forma, cabe como atividade do pedagogo vinculado a Unidade Prisional proporcionar o relatório de remição de pena, como apresentado no próximo capítulo.

## **DISCORRER SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO DENTRO DO AMBIENTE PRISIONAL**

Mediante ao exposto, percebe-se a importância da formação continuada para os servidores da unidade prisional e servidores da escola que ministrarão aulas no ambiente prisional, visto que muitos internos realmente veem a educação como uma oportunidade de reingresso na sociedade (FREITAS; OLIVEIRA, 2020). Desenvolver atividades educativas dentro do espaço prisional auxilia na manutenção da ordem dentro do serviço prisional, ocupando o tempo ocioso dos detentos de forma proveitosa, ampliando as chances do processo de ressocialização (SANTOS, 2015).





O profissional da educação, no desenvolvimento de suas atividades neste ambiente deve ser visto como um mediador, enfatizando os conhecimentos prévios dos alunos e também introduzindo suas experiências práticas, gerando um relacionamento capaz de quebrar pré-conceitos quanto à população carcerária (FREITAS; OLIVEIRA, 2020).

E dentre as diversas dificuldades encontradas pelos professores dentro do ambiente prisional, podemos citar o horário das aulas e a locomoção dos presos na sala de aula, pois é necessário que os policiais penais façam esse traslado da cela para a sala de aula, e muitos não o fazem de em tempo hábil devido a ocorrências de disciplina. Os recursos didáticos também podem ser mencionados, materiais básicos como livros, mesas e cadernos costumam faltar nos presídios, pois são doados e muitas vezes os próprios professores e funcionários do presídio fazem isso (SANTOS, 2015).

Pesando na complexidade apresentada em salas de aulas em ambientes prisionais, sendo esse um espaço que envolve o trabalho de duas secretarias, surge a figura do pedagogo no ambiente prisional mineiro. Cargo e função prevista pelo ReNP, o Analista executivo de Defesa Social – pedagogo é o servidor responsável pela interação das duas secretarias (MINAS GERAIS, 2016). E em 2021, as duas secretarias, SEE e SEJUSP, elaboraram o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Minas Gerais, abarcando o período de 2020 a 2024 (MINAS GERAIS, 2021). O plano apresenta como objetivo:

O presente plano é visto como proposta de melhoria da organização da oferta educacional nos estabelecimentos penais do estado de Minas Gerais e definição de novas estratégias para qualificar a política de educação no âmbito do sistema prisional aos privados de liberdade e egressos, nos exercícios de 2020 a 2024.

Essa parceria entre as secretarias visa satisfazer o previsto da Lei de Execução Penal, onde cabe ao Estado oferecer meios para o detento cumprir sua pena com condições de almejar mudança de vida foras dos limites do presídio. Neste caso, através da educação formal e não formal (MINAS GERAIS, 2021).

Neste sentido o pedagogo ligado ao sistema prisional, servidor da Secretaria de Estado e Segurança Pública de Minas Gerais, tem um papel fundamental de elo entre as duas secretarias no que tange a oferta do ensino formal. Porém,



cabe a esse profissional representar a Unidade Prisional em parcerias com outras instituições na oferta no ensino profissionalizante, na aplicação de Exames Nacionais, como ENCCEJA PPL e ENEM, e o oferta da educação não formal, englobando atividades socioculturais e esportivas (SANTOS, 2015).

Nesta perspectiva, podemos colocar como exemplo o projeto de remição de pena pela leitura. Embasado na Recomendação nº 44/2013 do CNJ e na Resolução Conjunta SEDS/TJMG nº 204/2016, o projeto de remição pela leitura do Estado de Minas Gerais tem por objetivo estimular a leitura de qualidade e a produção de resenhas (FREITA; OLIVEIRA, 2020).

Ainda, cabe ressaltar as parcerias para a oferta do ensino profissionalizantes dentro do sistema prisional. Nesse sentido, destaque para o Presídio de Andradas, localizado na cidade Andradas-MG. Em visita realizada em 2022 nessa Unidade Prisional, em conversa com a pedagoga da instituição, a mesma nos relatou que deste o início de suas atividades, em parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas, já corretam nos últimos anos a oferta dos cursos profissionalizantes de pedreiro, cabeleireira, eletricista, entre outros. Incluindo ainda a parceria com a Fundação Deputado Alcides Mosconi, fundação local que ofertou os cursos de pedreiro e eletricista com recursos oriundos de verba pecuniária disponibilizada pelo fórum da comarca de Andradas.

E para demonstrar ainda o papel do pedagogo no sistema prisional mineiro, a seguir aborda-se suas atribuições segundo o Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP.

## **ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NAS UNIDADES PRISIONAIS MINEIRA SEGUNDO O RENP**

Assim como em outros departamentos dentro das Unidades Prisionais de Minas Gerais, o pedagogo está subordinado, além da direção da Unidade Prisional, a sua diretoria, sediada na cidade administrativa em Belo Horizonte. Neste caso, a Diretoria de Ensino e Profissionalização – DEP. Previsto no Decreto Estadual nº 46.647/2014, em seu art. 74 (MINAS GERAIS, 2014), e regulamentada pelo ReNP, essa diretoria *“tem por finalidade planejar, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à formação educacional regular e*



*superior, profissional, sociocultural e esportiva do preso” (MINAS GERAIS, 2016, p. 42). Cabendo a mesma:*

I - estabelecer diretrizes e normas relativas à educação regular e superior, ao ensino profissionalizante, ao ensino sociocultural e esportivo dos indivíduos presos em Unidades Prisionais da SUAPI (hoje SEJUSP), supervisionando o seu cumprimento; II - garantir a formação educacional, profissional, sociocultural e esportiva do indivíduo preso, visando à sua reintegração à sociedade; III - propor o desenvolvimento de métodos e técnicas regulares e alternativas de formação educacional, profissional, sociocultural e esportiva, visando ao atendimento individualizado capaz de identificar as potencialidades do indivíduo preso; IV - estabelecer critérios e técnicas de seleção e indicação dos presos para a participação em cursos profissionalizantes; e, V - articular com órgãos públicos e instituições privadas o estabelecimento de parcerias visando à realização de cursos educacionais e profissionalizantes, socioculturais e esportivos destinados aos presos (MINAS GERAIS, 2016, p. 42 e 43).

Dessa forma, cabe a DEP coordenar o Núcleo de Ensino e Profissionalização – NEP das Unidades Prisionais. Sendo a NEP coordenador pelo pedagogo na Unidade Prisional, subordinado ao Diretor de Atendimento, em Unidades de grande porte, ou pelo Diretor Adjunto, em Unidades de pequeno porte, como no caso do Presídio de Andradas (MINAS GERAIS, 2016).

E dentre as funções até aqui já apresentadas e previstas no ReNP, como a de manter o elo entre as secretaria de segurança e educação e garantir o cumprimento desse convênio, além de promover a interface da Unidade Prisional com outras instituições de ensino e profissionalização, cabe ao pedagogo: manter atendimento de classificação de rotina com a população carcerária, identificando o perfil e necessidade de instrução de cada indivíduo; montar prontuário do preso; providenciar junto ao núcleo de assistência social documentação necessário para o ingresso ao ensino; mapear o índice de analfabetismo dentro da Unidade; planejar e organizar exames como Exame de Certificação dos Anos Iniciais do Sistema Prisional – ECAIPR, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre outros; manter atualizado o sistema prisional com lançamento no Módulo Educacional da SEJUSP; incentivar o preso egresso a dar continuidade aos estudos; encaminhar as remições por estudo ao núcleo jurídico da Unidade; participar do Conselho Disciplinar; participar das reuniões da Comissão Técnica de Classificação – CTC; entre outras atividades (MINAS GERAIS, 2016, p. 92, 93 e 94).



Essas são algumas das atribuições prevista no ReNP para a função de pedagogo na Unidades Prisionais de Minas Gerais, as atribuições completas podem ser vistas no Art. 157 do ReNP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, a educação é um direito de todos, inclusive das pessoas em cárcere. E para que o ensino possa chegar a essa parcela da população, cabe aos entes da federação, os Estados, adotar as melhores formas para sua oferta, seja por meio do ensino regular através da EJA ou por meio do ensino profissionalizante. Pois a educação é considerada um dos pilares para ressocialização do indivíduo.

Porém, o ambiente prisional requer peculiaridades para implementação do ensino, pois os alunos/presos são assistidos por duas secretarias distintas, a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, tomando como exemplo o Estado de Minas Gerais em se tratando do ensino da EJA. Ainda na Unidade Prisional, podem ser encontradas parcerias de ensino profissionalizante com outras instituições, como apresentado no Presídio de Andradas.

E dentro dessa gama de relações entre instituições, surge no sistema prisional mineiro a figura do pedagogo, que além de ser o elo entre as diferentes instituições parceiras da Unidade Prisional, também é responsável por atividades como, projetos culturais e procedimentos administrativos de informação e disciplina.

Sendo o que se apresenta, conclui-se destacando a importância que a figura do pedagogo vinculado ao sistema prisional tem frente aos desafios da ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, principalmente entre o trabalho integrativo de diferentes instituições. Esse profissional possui um conhecimento único do cárcere e da sala de aula, o que torna o planejamento das atividades educacionais mais coerentes com a realidade do sistema prisional, minimizando as limitações do cárcere e adequando as limitações na oferta do ensino.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210/1.984**. 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 09/12/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acessado em: 02/02/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5142&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5142&Itemid=). Acessado em: 08/12/2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm). Acessado em: 08/12/2021.

CABRAL, P. ONOFRE, E. M. C. LAFFIN, M. H. L. F. EJA e Trabalho Docente em Espaços de Privação de Liberdade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623696663>. Acessado em: 06/12/2021.

CNE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: CNE, 2010. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=CONSELHO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+%28CNE%29.+Resolu%C3%A7%C3%A3o+CNE%2FCEB+n.+2%2C+de+2010.+Disp%C3%B5e+sobre+as+Diretrizes+Nacionais+para+a+oferta+de+educa%C3%A7%C3%A3o+para+jovens+e+adultos+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+priva%C3%A7%C3%A3o+de+liberdade+nos+estabelecimentos+penais.+Bras%C3%ADlia%2C+DF%3A+CNE%2C+2010.#>. Acessado em: 08/12/2021.



FREITAS, M. C. M; OLIVEIRA, A. C. F. OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS DO PEDAGOGO NO SISTEMA PRISIONAL. **Repositório Institucional AEE - Universidade Evangélica de Goiás**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/18116>. Acessado em: 10/02/2022.

GOUVEIA, D. S. M. SILVA, A. M. T. B. A **FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA EJA: DILEMAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**. Artigos • Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-21172015170310>. Acessado em: 06/12/2021.

JULIÃO, E. F. **ESCOLA NA OU DA PRISÃO?** ARTIGO Cad. CEDES, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>. Acessado em: 07/12/2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjYpKmO27T2AhWXpZUCHZKIAZ4QFnoECAQQA&url=http%3A%2F%2Fwww.depen.seguranca.mg.gov.br%2Fimages%2F2021%2FMAIO%2FPlano\\_27833794\\_PLANO\\_DE\\_EDUCACAO\\_de\\_MG\\_com\\_ajustes\\_07.04.pdf&usg=AOvVaw1oa5pX1h\\_jvH3rer9xghmY](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjYpKmO27T2AhWXpZUCHZKIAZ4QFnoECAQQA&url=http%3A%2F%2Fwww.depen.seguranca.mg.gov.br%2Fimages%2F2021%2FMAIO%2FPlano_27833794_PLANO_DE_EDUCACAO_de_MG_com_ajustes_07.04.pdf&usg=AOvVaw1oa5pX1h_jvH3rer9xghmY). Acessado em: 15/12/2021.

MINAS GERAIS. **DECRETO 46647** de 11/11/2014. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Defesa Social. 2014. Disponível em: [http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2016/Outubro/2014\\_Decreto\\_46647\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_SEDS.compressed.pdf](http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2016/Outubro/2014_Decreto_46647_Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_SEDS.compressed.pdf). Acessado em: 20/03/2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. **Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais** – ReNP. 2016. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjpg9nanNn0AhUkrJUCHaO1BFkQFnoECAIQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.depen.seguranca.mg.gov.br%2Fimages%2FPublicacoes%2FSubsecretariadeadministracao%2FRegulamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.pdf&usg=AOvVaw2PsCPCIAVYUahbel\\_qDAG6](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjpg9nanNn0AhUkrJUCHaO1BFkQFnoECAIQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.depen.seguranca.mg.gov.br%2Fimages%2FPublicacoes%2FSubsecretariadeadministracao%2FRegulamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.pdf&usg=AOvVaw2PsCPCIAVYUahbel_qDAG6). Acessado em: 10/12/2021.

MORAES, C. M. ARAÚJO, L. F. NEGREIROS, F. **Educação de Jovens e Adultos e representações sociais**: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA. Artigos Interações. Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2312>. Acessado em: 09/12/2021.



NEVES, F. T; SILVA, A. V. REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA REMISSÃO DA PENA: UM OLHAR SOBRE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA** (FINOM) - ISSN: 1809-1628. vol. 24. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=REFLEX%C3%95ES+INTRODUT%C3%93RIAS+ACERCA+DA+REMISS%C3%83O+DA+PENA%3A+UM+OLHAR+SOBRE+UM+MUNIC%C3%8DPIO+DE+PEQUENO+PORTE#>. Acessado em: 06/02/2022.

NOVO, B. N. A educação prisional no Brasil. **Revista Jurídica Portucalense / Portucalense Law Journal**, N.º 22. 2017. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.21788/issn.2183-5705\(22\)2018](http://dx.doi.org/10.21788/issn.2183-5705(22)2018). Acessado em: 06/02/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 04/02/2022.

ONOFRE, E. M. C. **EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>. Acessado em: 05/02/2022.

PEREIRA, A. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Rev. Ed. Popular, Uberlândia**, v. 10, p. 38-55. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20214/10790>. Acesso em: 03/02/2022.

PEREIRA, A. A Educação em Prisões e a formação dos profissionais do sistema prisional: uma análise a partir dos Planos Estaduais de Educação em Prisões. **Revistas de Artes e Humanidades**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj1ttDey6r2AhUsp5UCHUZgD7QQFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.revistacontemporaneos.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F01%2FPereira-A-Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o-em-Pris%25C3%25B5es-e-a-forma%25C3%25A7%25C3%25A3o-1-1.pdf&usg=AOvVaw0TrH1f0ZDi8Tv4gMsKNQOP>. Acessado em: 05/02/2022.

SANTOS, A. M; PEREIRA, A. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRISÕES: os sentidos da escolarização para os presos da penitenciária lemos brito, salvador, BA. **Revista Communitas** V5, N11. 2021): Esperançar a EJA. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5191/3235>. Acessado em: 05/02/2022.

SANTOS, W. L. O PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO. **Revista Científica da FASETE**. 2015. Disponível em:



[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-ufqWz7T2AhWZDrkGHSbOAUyQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.unirios.edu.br%2Frevistarios%2Fmedia%2Frevistas%2F2015%2F9%2Fo\\_papel\\_do\\_pedagogo\\_dentro\\_do\\_sistema\\_penitenciario.pdf&usg=AOvVaw3vFZOG2VvIHgK7\\_Xpveqo7](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-ufqWz7T2AhWZDrkGHSbOAUyQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.unirios.edu.br%2Frevistarios%2Fmedia%2Frevistas%2F2015%2F9%2Fo_papel_do_pedagogo_dentro_do_sistema_penitenciario.pdf&usg=AOvVaw3vFZOG2VvIHgK7_Xpveqo7). Acessado em: 15/02/2022.

VENTURA, J. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: re-  
vendo alguns marcos históricos. EJA trabalhadores, Rio de Janeiro, 2001. Dis-  
ponível em: [http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educa-  
cao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf](http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educa-cao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf). Acessado em:  
02/02/2022.